

A GUERRA FRIA: ONTEM E HOJE

A Guerra Fria foi um momento marcante do século XX. Por aproximadamente 45 anos, a disputa entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) mobilizou os povos de todo o globo nos campos da política, da economia, da cultura, da ideologia, do esporte. Cada uma das duas superpotências envidava seus melhores recursos para demonstrar que a sua formação social – capitalista no caso dos EUA, socialista na URSS – era mais atraente aos olhos de sua própria sociedade e dos povos que estavam sob suas áreas de influência, mas também na mesma medida aos olhos dos cidadãos do outro lado.

De 1945 a 1991, o mundo passou a conviver com o medo sistemático de uma guerra nuclear – algo que parecia adormecido, até a eclosão da Guerra da Ucrânia no início de 2022. O conflito no leste da Europa gerou grande interesse sobre as questões da Guerra Fria: a OTAN, a Crise dos Mísseis, o papel desempenhado pela China naquela época, foram temas que reapareceram no noticiário e no debate público mais de 30 anos após o fim da Guerra Fria com a dissolução da União Soviética.

Mas outros temas que constituem a Guerra Fria também vêm sendo objeto de interesse de pesquisa de muitas pesquisadoras e pesquisadores da área da História. Uma amostra rica e significativa disso está presente nas páginas desse dossiê **“A Guerra Fria: ontem e hoje”** que a *Revista História: Debates e Tendências* oferece aos seus leitores nesse volume que se abre com o artigo de **Leandro Morgenfeld**, Professor da Universidade de Buenos Aires (UBA) intitulado “Argentina y la Doctrina Monroe: antes y después de la guerra fría” no qual o autor aborda a ressignificação dessa doutrina elaborada pelos Estados Unidos, em 1823, durante o período de conflito entre este país e a União Soviética, na manutenção do seu imperialismo para com o continente americano. O autor analisa o caso da guerra das Malvinas, quando a ditadura

argentina, em conflito com a Grã-Bretanha, invocou o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), em busca de apoio regional, sendo negado pelos Estados Unidos.

Na sequência, o artigo de **Flávio Alves Combat**, intitulado “A historiografia sobre a Guerra Fria: reflexões críticas sobre o pensamento de John Lewis Gaddis” se propõe a analisar criticamente as teses centrais na síntese historiográfica desenvolvida por John Lewis Gaddis. O autor entende que a obra daquele historiador estadunidense, com o propósito inicial de superar as teses revisionistas, acabou retomando as principais teses ortodoxas sobre a Guerra Fria, concluindo que esse pós-revisionismo, do qual Gaddis é a principal referência, acabou se convertendo em uma corrente historiográfica antirrevisionista.

Em “Educação política e ‘literatura da práxis’ em relatos de viagem à URSS nos primeiros anos da Guerra Fria: dimensões da clandestinidade entre o testemunho e o ‘pacto autobiográfico’”, **Diego Orgel Dal Bosco Almeida** se preocupa em analisar os relatos de viagem produzidos por brasileiros que foram à União das Republicas Socialistas Soviéticas na primeira metade da década de 1950. Sob atento olhar em relação aos conceitos de educação clandestina e cultura política, Almeida demonstra como os comunistas brasileiros investiam em educação política em um período em que viviam na ilegalidade no país – além de realizar uma análise do livro *As muralhas de Jericó*, do gaúcho Josué Guimarães publicado em 2001 mas que foi escrito naquela conjuntura da Guerra Fria de início dos anos 1950.

Em “Modernização, desenvolvimento e dependência nas relações Brasil-Estados Unidos durante a Guerra Fria: um debate a partir da Aliança para o Progresso no Nordeste brasileiro (1961-1964)”, **Pedro Carvalho Oliveira** demonstra, por meio da documentação diplomática produzida nos consulados estadunidenses no Brasil, o vínculo estabelecido entre os governos estaduais e os Estados Unidos, com a finalidade de evitar a “cubanização” do Brasil. Nos estados do Nordeste, soma-se ao governo João Goulart o temor ocasionado pelas futuras eleições para governo de Pernambuco e a atuação das Ligas Camponesas.

No artigo “Antissemitismo e Anticomunismo no pensamento de Julio Meinvielle”, **Leonardo da Rocha Botega** apresenta a trajetória e o pensamento desse padre católico que atuou na Argentina entre as décadas de 1930 e 1970. Como demonstrado no artigo, tendo o anticomunismo e o antissemitismo como bases de sua pregação ao longo de cinco décadas de atuação, Julio Meinvielle se tornou um dos principais nomes do nacionalismo católico argentino, pensamento conversador que influenciou a política e a extrema direita militar do país naquele contexto.

“Um best-seller para a Guerra Fria: o uso político do romance *O Dr. Jivago*, de Boris Pasternak”, de **Josiane Mozer**, aborda as formas como a literatura foi utilizada enquanto elemento de disputa na Guerra Fria. Partindo de uma diretriz do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América, Mozer realiza uma profunda investigação histórica acerca dos usos políticos do romance *O Dr. Jivago*. Publicado originalmente em 1957 na Itália, dado o desinteresse das editoras soviéticas, rapidamente teve edições em inglês e francês sendo lançado no ano seguinte em português no Brasil – tudo isso dentro de uma rede de propaganda ideológica patrocinada pelos EUA através da CIA que apostava na influência anticomunista que o romance podia alcançar.

“Os boicotes aos Jogos Olímpicos de Moscou (1980) e Los Angeles (1984) no contexto da Guerra Fria” escrito por **Gérson Wasen Fraga** encerra o dossiê trazendo o contexto histórico da não participação dos Estados Unidos da América nas Olimpíadas de 1980 e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas nas Olimpíadas de 1984. Partindo da Olimpíada de Londres de 1948, Fraga faz uma análise dos Jogos Olímpicos ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970 até chegar aos jogos disputados dentro dos territórios das duas superpotências da Guerra Fria, momentos nos quais o autor empreende uma apurada interpretação histórica sobre os usos do esporte na conjuntura das disputas ideológicas daquele período.

Na seção Artigos Livres, temos o artigo de **Márcio Santos de Santana**, intitulado “A questão social e a juventude no processo de transição do Estado brasileiro (1926-1930)”, que reflete sobre transição estrutural de uma matriz lockeana (liberal) para uma matriz hobbesiana (corporativista) por meio da análise do Código de Menores. No artigo “Etnomusicologia, diversidade e inovação: os africanos e seus descendentes na música brasileira”, **Alzira Lobo de Arruda Campos, Juliana Figueira da Horta e Rafael Lopes de Sousa** enfocam as desigualdades históricas brasileiras a partir da Etnomusicologia, que estuda as condições de produção de gêneros musicais periféricos aos padrões europeus da música erudita. A seção se encerra com o artigo de **Letícia Sabina Wermeier Krilow e Luis Carlos dos Passos Martins** com o título “João Goulart e a grande imprensa nas eleições presidenciais (1955 e 1960): da subversão à revolução”, no qual analisam – através de criteriosa investigação realizada em *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Última Hora* – como os jornais da grande imprensa carioca representaram a imagem daquele que fora eleito duas vezes vice-presidente da República.

Agradecemos aos autores e autoras pela participação no dossiê e nesse número da revista, bem como por compartilharem seus saberes, fontes e trabalhos.

Dr. Charles Sidarta Machado Domingos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSUL), Brasil

Dr. Douglas Souza Angeli

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Brasil

Dra. Ananda Simões Fernandes

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), Brasil